

Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras – 2013

Escola Nacional de Administração Pública - ENAP

Curso: Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico

Professor: José Luiz Pagnussat

Período: 11 a 13 de novembro de 2013

Curso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico

Aula 10 – Políticas Sociais e Desenvolvimento Econômico

José Luiz Pagnussat

Brasília, 13 de novembro de 2013



Ministério do
Planejamento, Orçamento
e Gestão





Curso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico

Aula 10 – Políticas Sociais

José Luiz Pagnussat

Brasília, novembro de 2013

Razões econômicas das Políticas sociais

- Distribuição de renda
- Bens meritórios (externalidades positivas)
- Modelos de crescimento endógenos
 - Caso da Educação e Saúde como Investimento
- A estratégia de desenvolvimento
 - Modelo de Consumo de Massa e as Políticas Sociais
 - Desenvolvimento tecnológico (ex. japonês)

Razões econômicas das Políticas sociais

- Curto Prazo

Expansão da demanda agregada

$$\text{PIB} = C + I + G + X = M$$

- Ex: Modelo de Consumo de Massa

- Longo Prazo

Políticas geram aumento da produtividade dos fatores
(capital humano)

-Caso da Educação e Saúde como Investimento

-A estratégia de desenvolvimento e as Políticas Sociais

Capital humano - o conjunto das habilitações e competências produtivas das pessoas é geralmente apontado como o fator explicativo do progresso técnico nos modelos de crescimento endógeno.

Macroeconomia e Saúde

Como as doenças afetam o crescimento econômico:

- Diretamente através da morte precoce, a de doenças crônicas na força de trabalho;
- Através do investimento limitado nas crianças;

Educação



As taxas de retorno da educação – evidências empíricas para o Brasil

(Citados por GIÁCOMO BALBINOTTO NETO Prof. UFRGS)

Langoni (1970): a primeira pesquisa com utilização de microdados no Brasil;

- Taxa de Retorno do investimento em capital humano é muito superior à do capital físico;
- Aumento da qualificação da mão-de-obra pode ter impactos substantivos nas taxas de crescimento e ao mesmo tempo diminuir a desigualdade de renda

Senna, José Júlio (1976). RBE, 30 (2)

- taxa de retorno de aproximadamente **14% a.a** para um ano adicional de educação.
- dados do Ministério do Trabalho para homens nas áreas urbanas no setor formal da economia em 1970.

Jallade, Jean-Pierre (1982). World Development, 10 (3)

- retornos da escolaridade primária para
- homens fora do setor agrícola – **23,5%**

Tannen, M.B (1991) – Economics of Education Review, 10 (2)

- dados do censo de 1980;
- taxa média privada de retorno da educação situou-se em torno de **13,2% a. a**
- os retornos variam com as regiões brasileiras

Leal & Simonsen (1991), PPE, 21 (3).

- Primário/Analfabeto – **16,54%**
- Secundário/primário – **18,15%**
- Superior/Secundário - **16,28%**

Dabos & Psacharopoulos (1991). Economics and Education Review, 10 (4)

- taxa de retorno: **15%**

Griffin & Cox-Edwards (1993) – Economics and Education Review, 12 (3)

- taxa de retorno da educação situou-se entre **12,8%** e **15,1%** nos anos 1980.

Ueda & Hoffmann(2002) – Economia Aplicada, 6 (2)

- Dados: PNAD (1996);
- Taxa de retorno: **9,8%**;

BRASIL: modelo de crescimento (Modelo de Consumo de Massa)

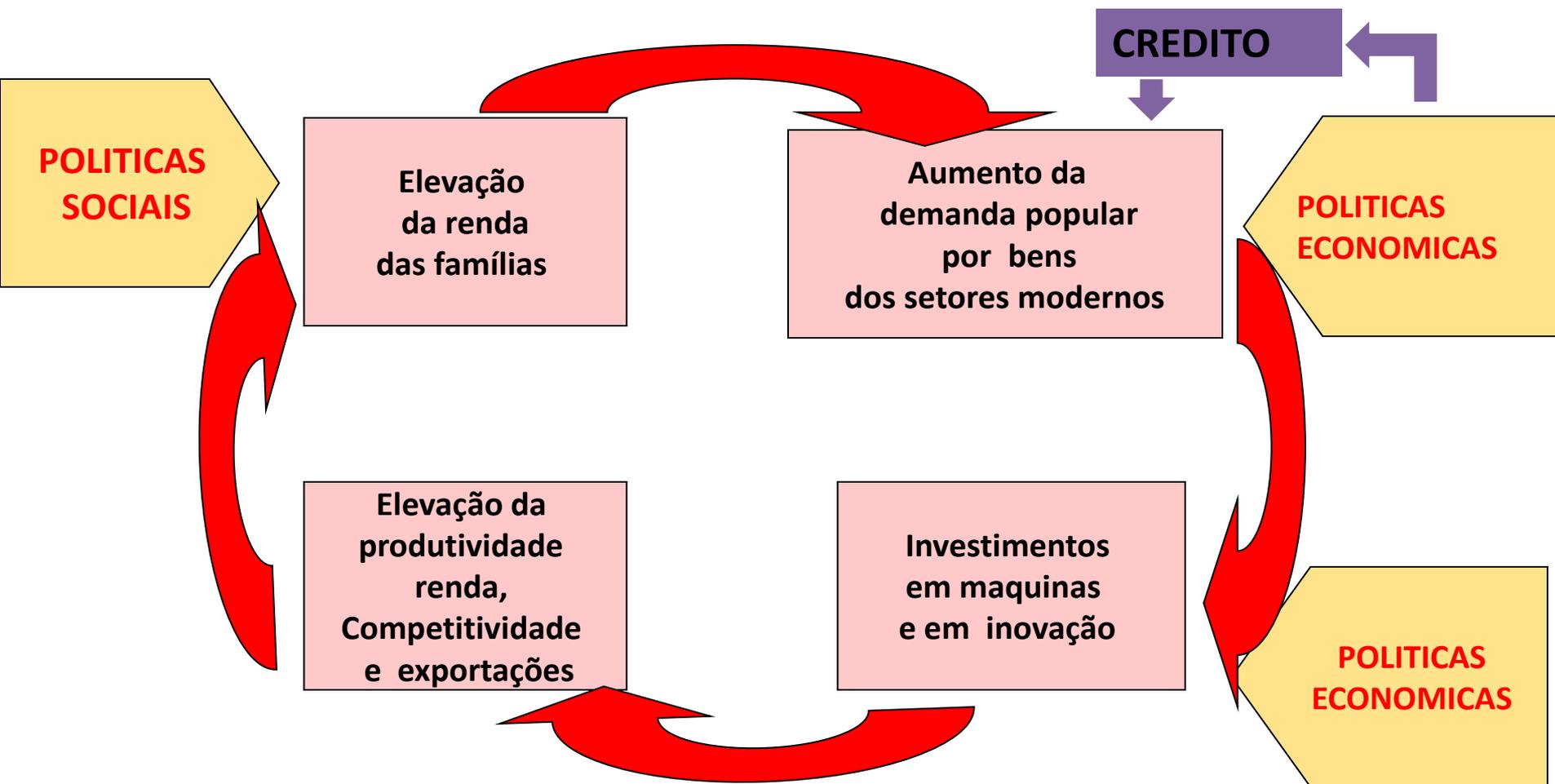


Gráfico baseado em Ricardo Bielshowsky em estudo para CGEE(ADAPTADO). Elaborado pela Tânia Bacellar

Governo Dilma e o novo PPA

PPA 2012-2015

A presidenta determinou a organização das ações do Governo em 4 eixos:

- Eixo da **Infraestrutura** (coordenado pelo MP) (inclui o PAC)
- Eixo do **Desenvolvimento Econômico** (coordenado pelo MF) (inclui o plano Brasil Maior, Política Econômica, Políticas Setoriais – agrícola, emprego, C&T, etc)
- Eixo da **Erradicação da Miséria** (coordenado pelo MDS) (sintetizado no Plano Brasil Sem Miséria)
- Eixo dos **Direitos de Cidadania** (coordenado pelo SG/PR)

Cada Eixo tem um forum de discussão que envolve todos os ministros com programas relacionados

Eixos do Plano Brasil Sem Miséria



Fonte: Apresentação do Professor Tiago Falcão no Curso de “Ambientação para ATPS”, realizado na ENAP, Brasília, agosto de 2013

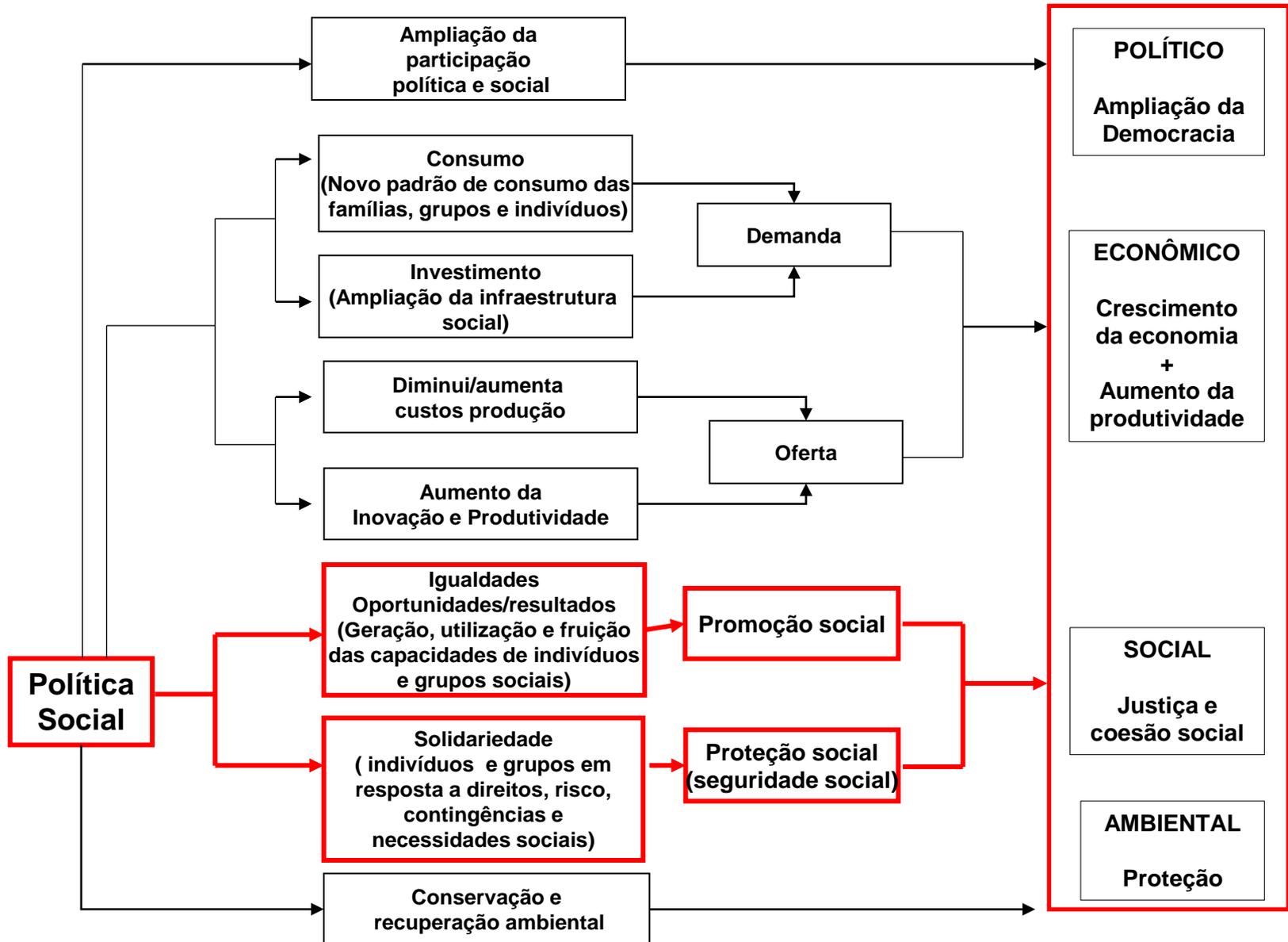
Impactos da Política Social no desenvolvimento Econômico

O Prof. Jorge Abrahão de Castro (ex-Diretor da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - Disoc do IPEA) elaborou estudo analisando os efeitos econômicos das principais políticas sociais nos anos recentes.

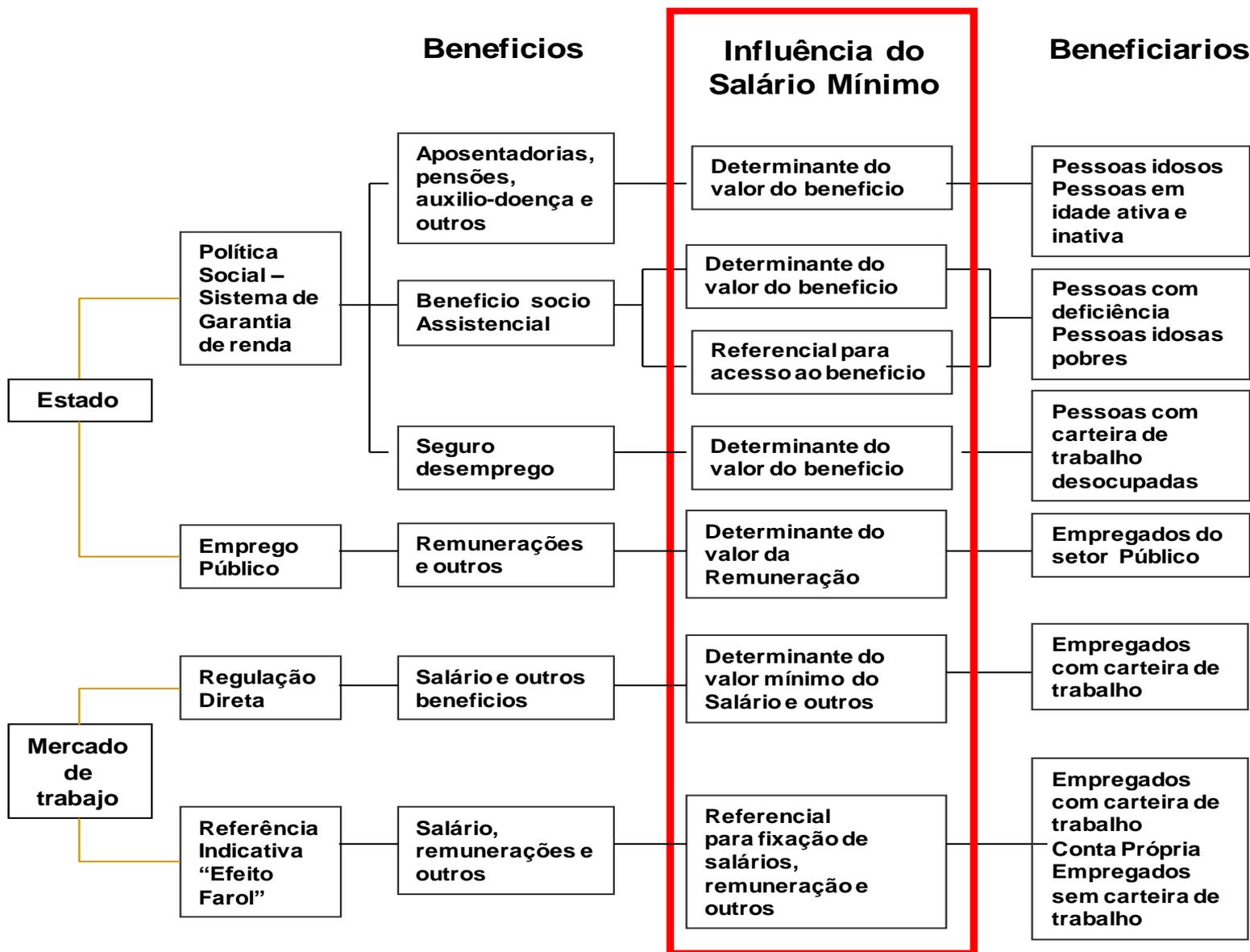
CASTRO, Jorge Abrahão de, “Política social e desenvolvimento no Brasil”, **Revista Economia e Sociedade**, Campinas: Unicamp, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.

Circuito de influencia

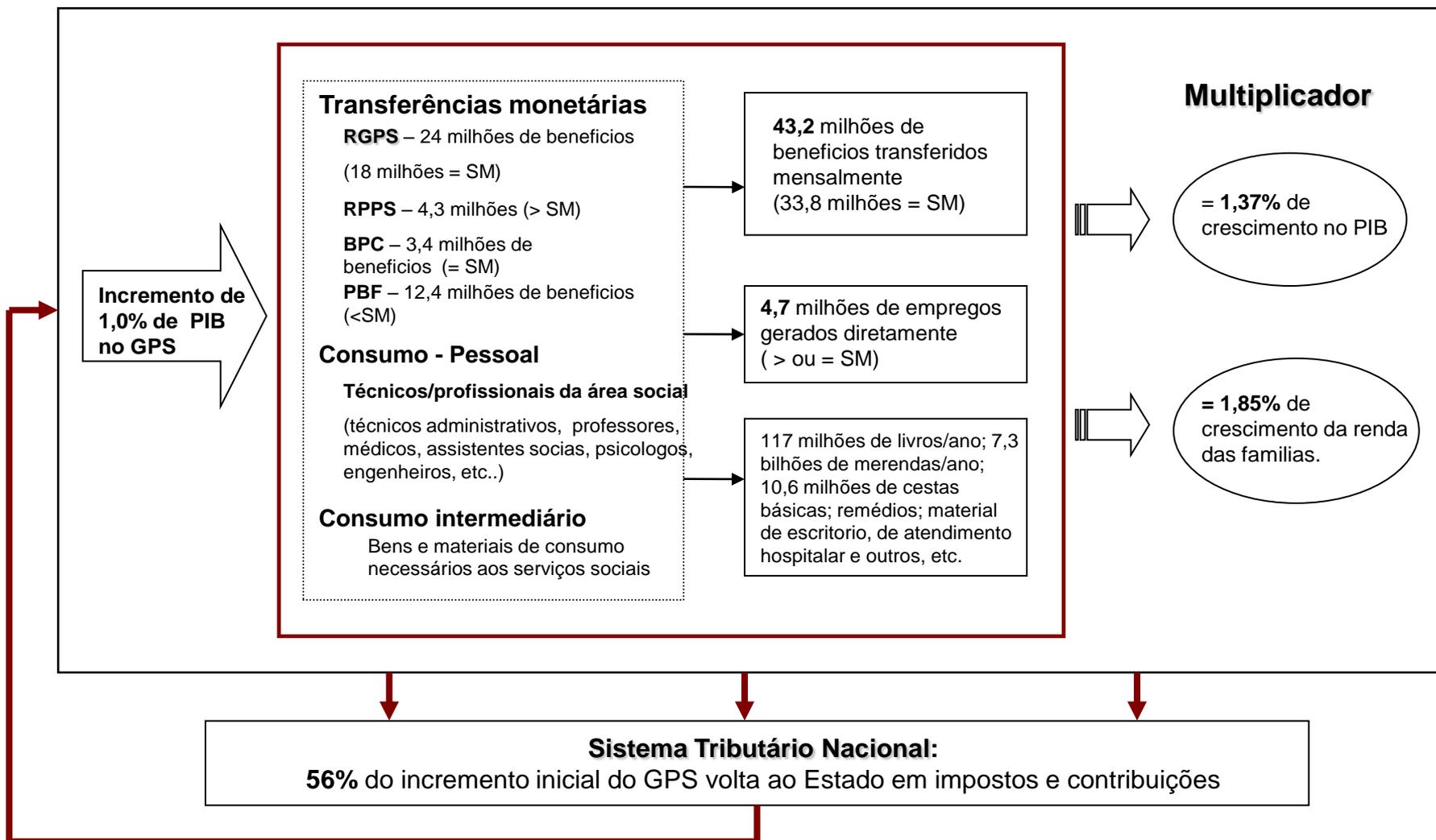
Fatores do desenvolvimento



Circuito de influência do SM no Brasil

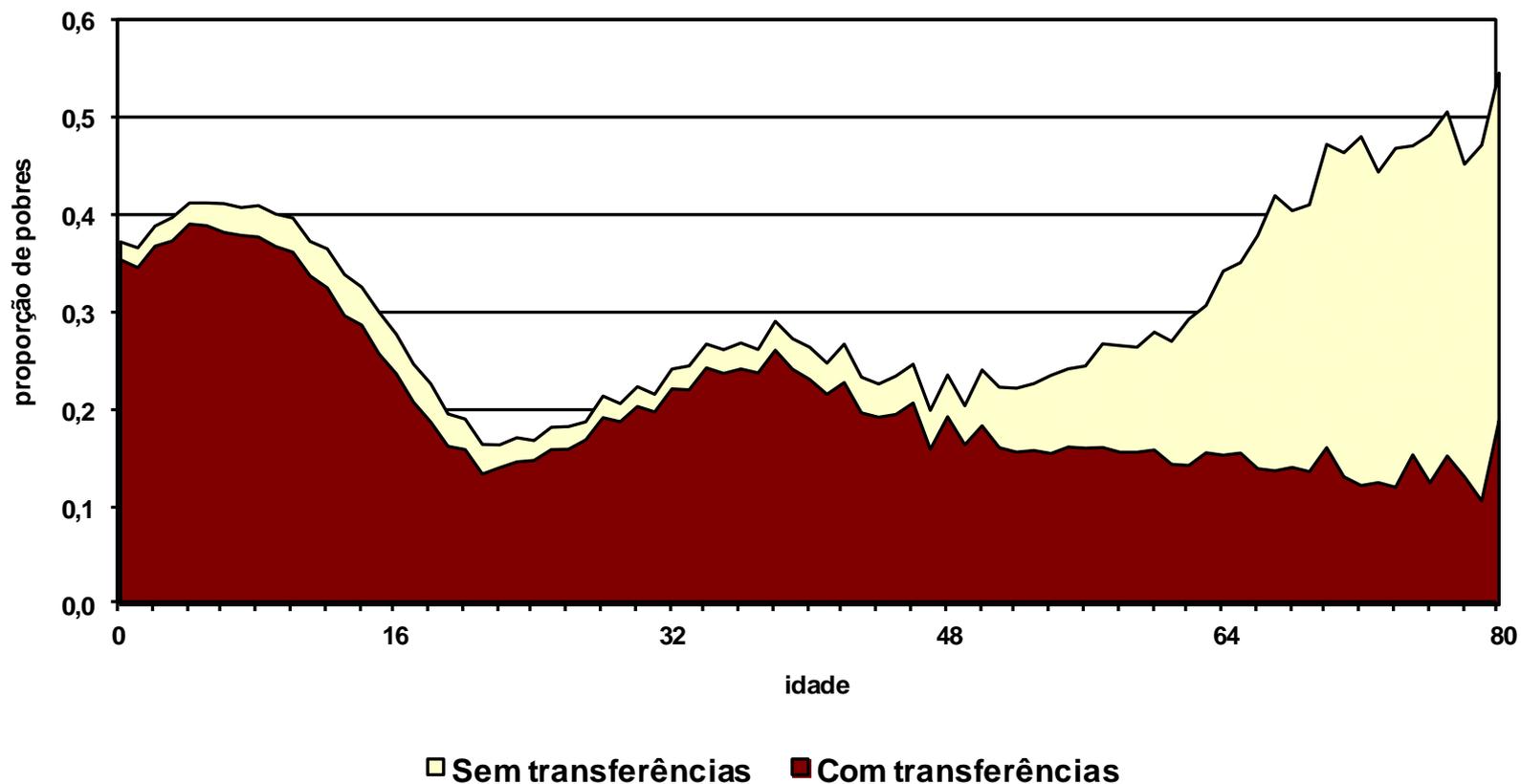


Circuito econômico da Política Social no Brasil



Efeito das Políticas de transferências sobre a pobreza 1978

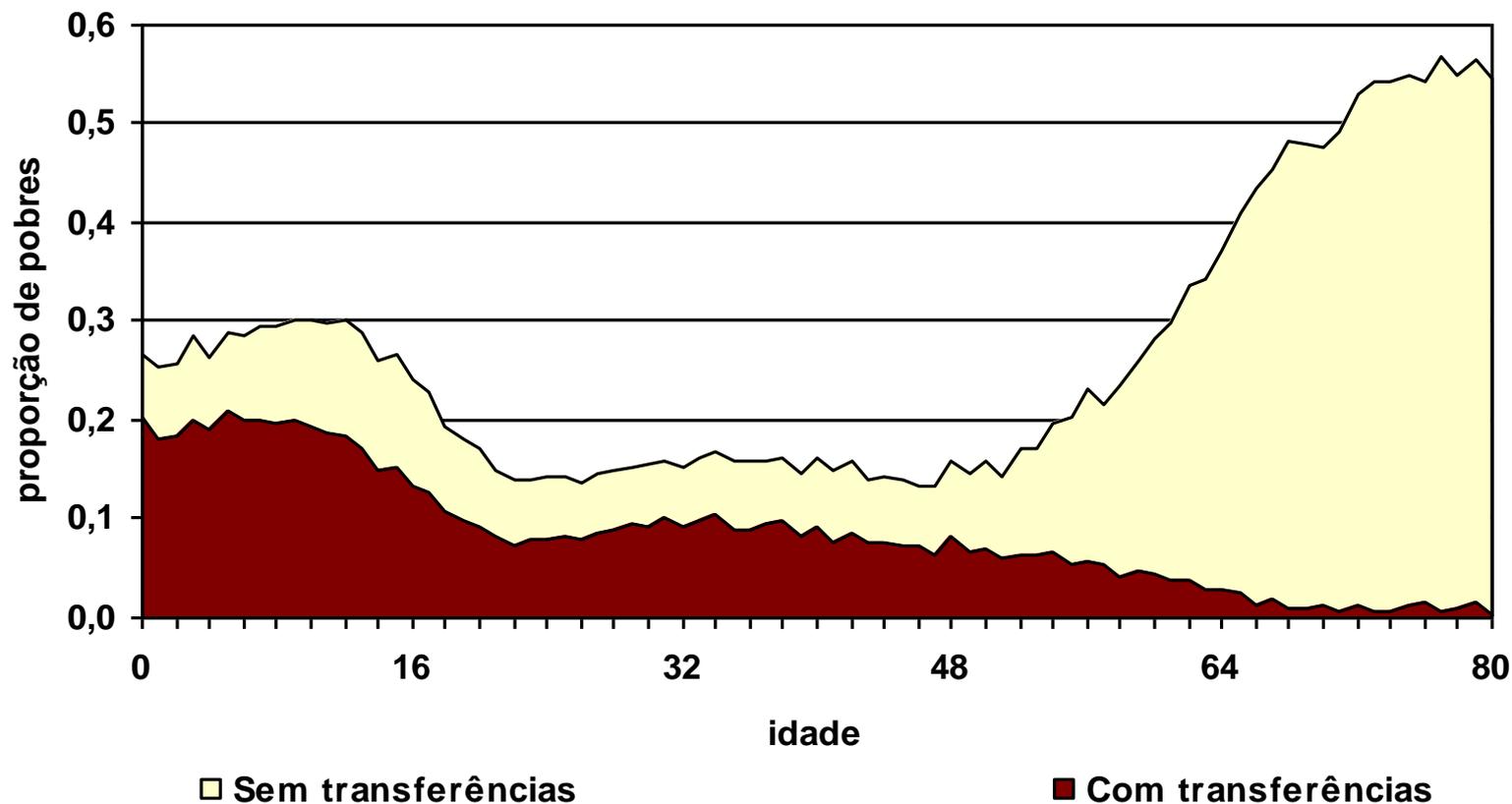
1978



Fonte: Apresentação do Professor Jorge Abraão de Castro no Curso de “Ambientação para ATPS”, realizado na ENAP, Brasília, agosto de 2013

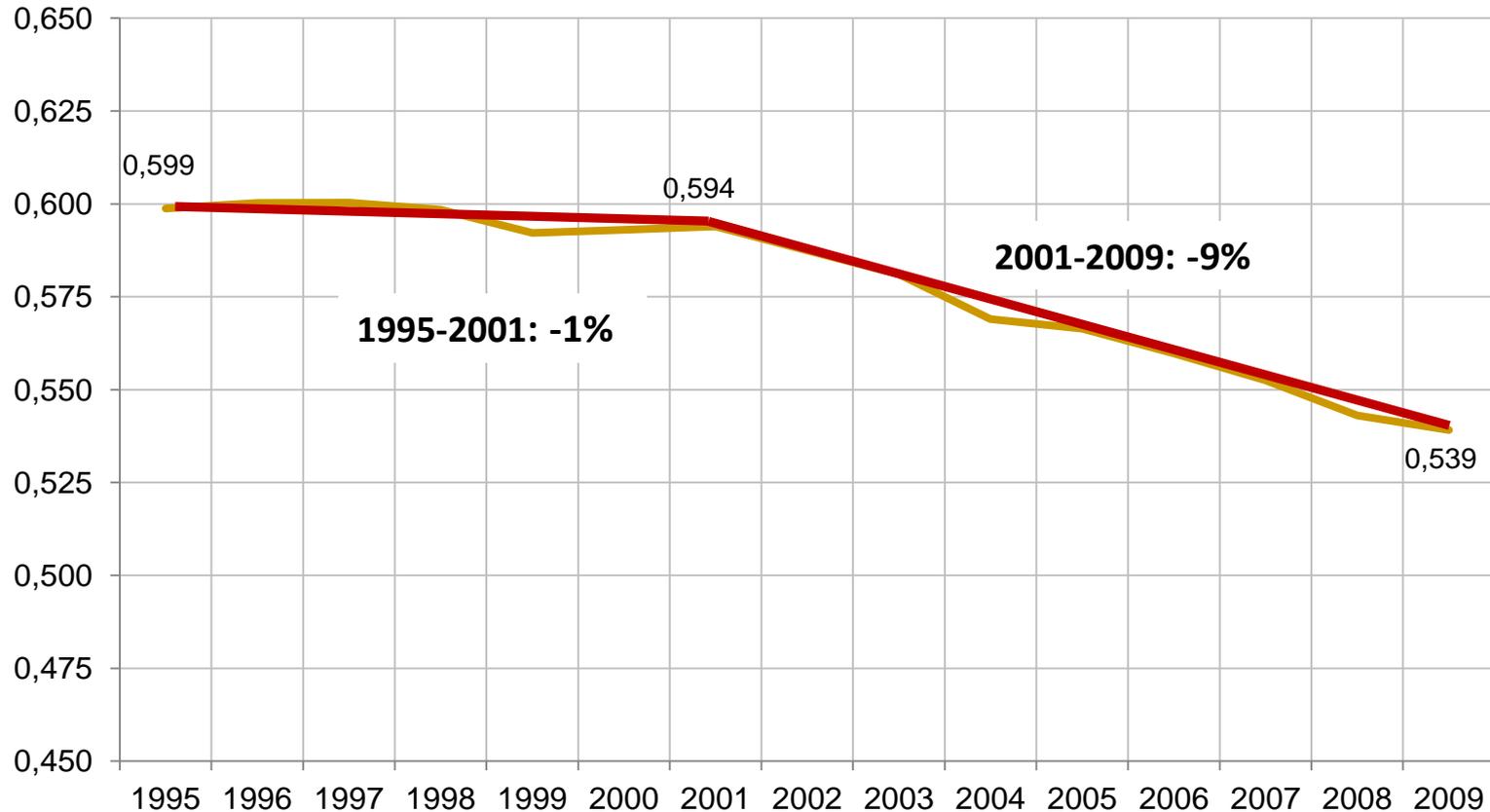
Efeito das Políticas de transferências sobre a pobreza 2008

2008



Fonte: Apresentação do Professor Jorge Abraão de Castro no Curso de “Ambientação para ATPS”, realizado na ENAP, Brasília, agosto de 2013

Desigualdade (Índice de Gini)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1995-2009.
Excluída a área rural da Região Norte (exceto Tocantins).

Desigualdade começa a cair lentamente nos anos 1990 , mas ritmo acelera a partir de 2001 - antes da retomada do crescimento.

Fonte: Jorge Abraão de Castro (2012)

Decomposição da queda da desigualdade, 2001-2009

Fontes de renda		Contribuição (%)
Trabalho	Salário mínimo	17.9
	Outros	45.5
Previdência	Salário mínimo	10.5
	Outros	1.0
Programa Bolsa Família e afins		12.7
BPC		5.7
Outras		6.7
Queda da desigualdade		100%

28.4% da queda do Gini

São menos de 1% da renda, mas foram responsáveis por 18.4% da queda do Gini

46.8% da queda do Gini

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001 & 2009

Fonte: Apresentação do Professor Jorge Abraão de Castro no Curso de “Ambientação para ATPS”, realizado na ENAP, Brasília, agosto de 2013

ANEXO

Execução orçamentária do PPA 2012-2015

Execução Orçamentária de 2012 - R\$ bilhões

Programas	Autorizado*	Executado**
Programas Temáticos	785,6	632,3
Políticas Sociais	553,1	501,9
Políticas de Infraestrutura	154,9	99,8
Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental	47,1	20,3
Políticas de Soberania, Manutenção e Serviço ao Estado	30,5	10,3
Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	236,8	218,7
Total	1.022,4	851,0

Fonte: BRASIL (MP/SPI), Plano Mais Brasil PPA 2012-2015: **Relatório Anual da Avaliação: ano base 2012**, p.88 (Fonte dos dados SIOP/MP. Elaboração: SPI/MP)

* LOA + Créditos Adicionais.

** Liquidado dos Orçamentos Fiscal e Seguridade + Pago do Orçamento de Investimentos.

Padrões de mudanças socioeconômicas

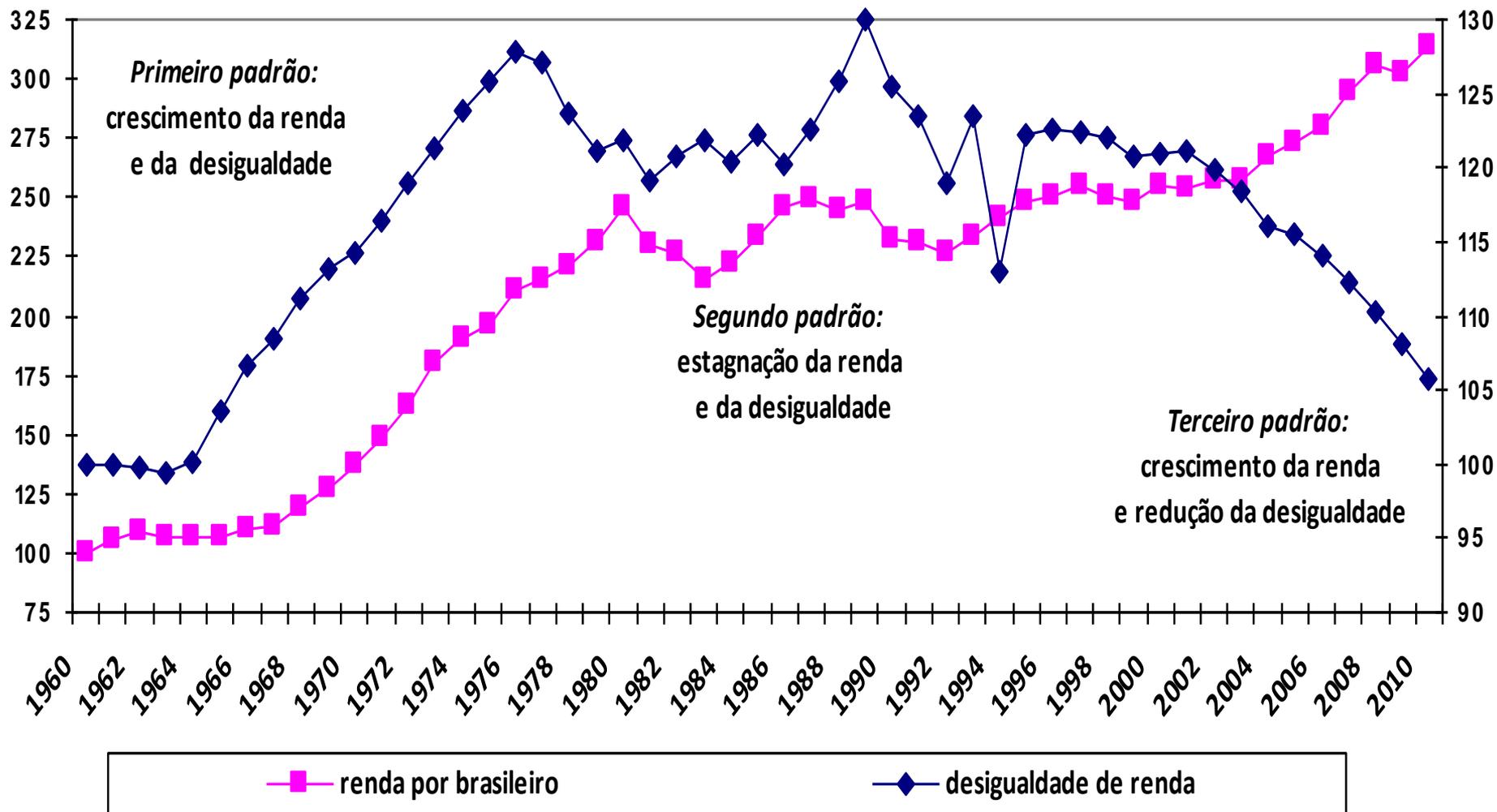
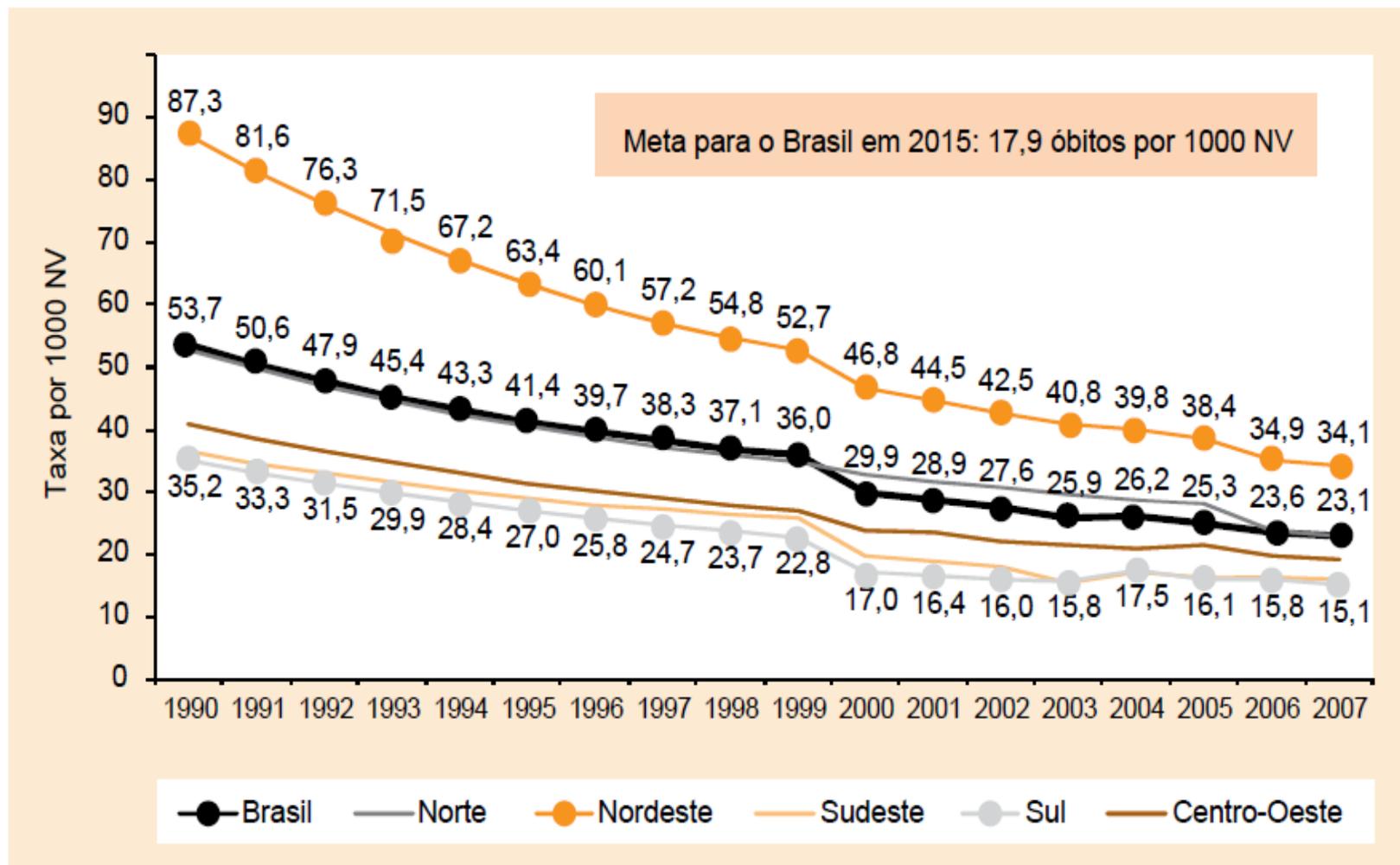


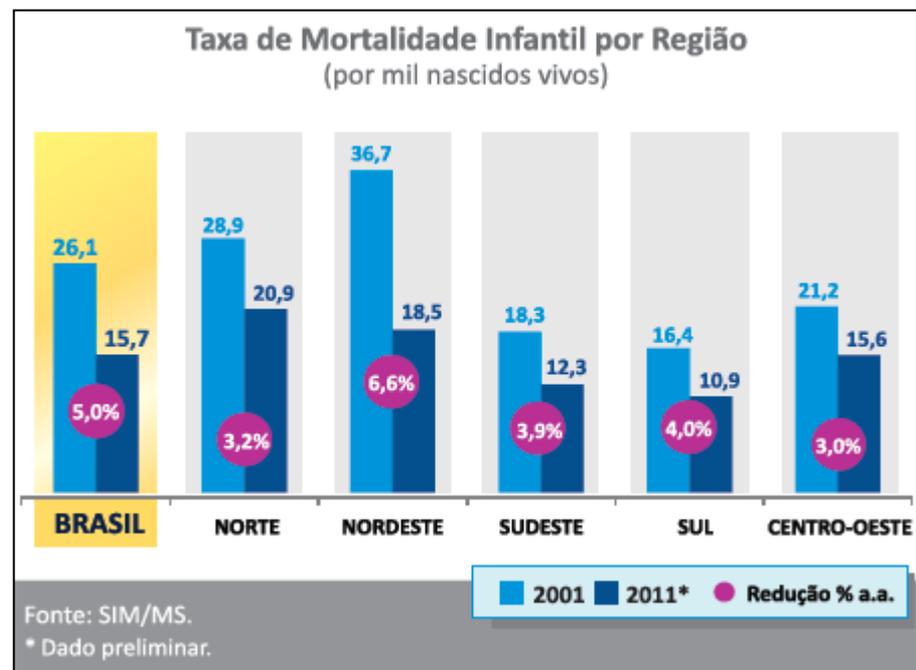
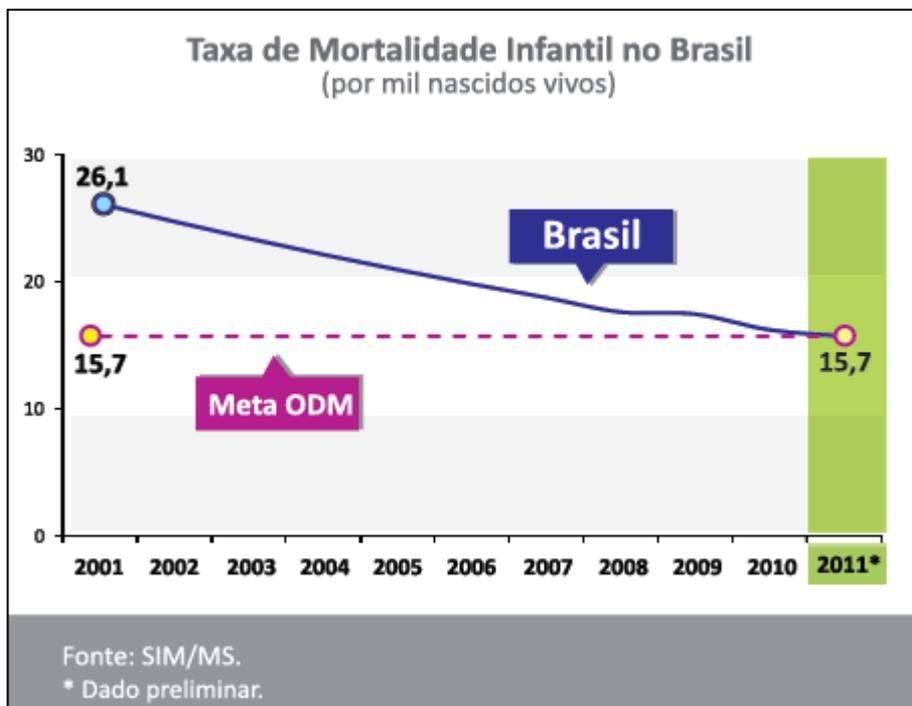
Gráfico 16. Evolução das taxas de mortalidade na Infância no Brasil e grandes regiões. 1990 – 2007.



Fonte: SIM-CGIAE/Dasis/SVS/MS.

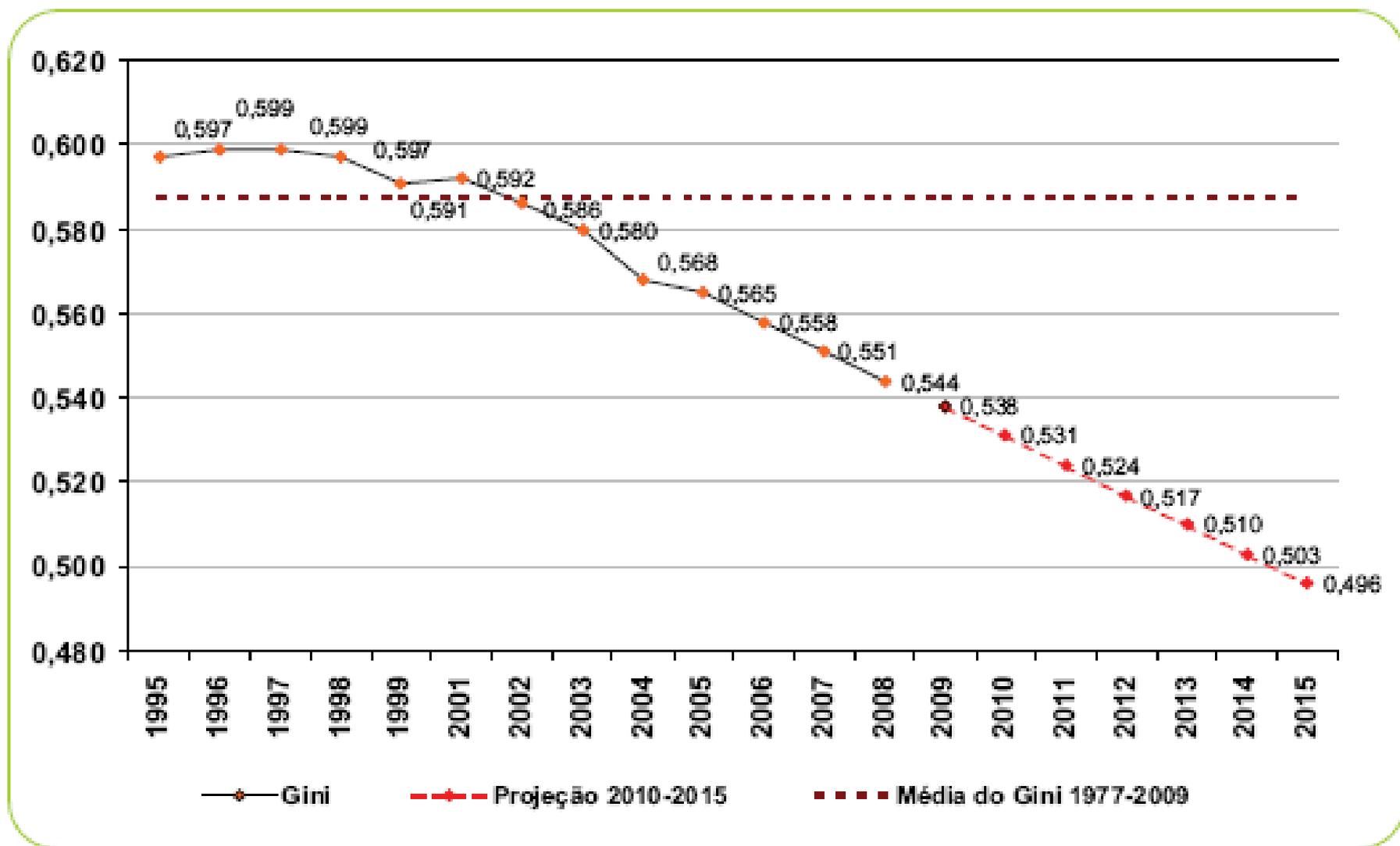
Fonte: Apresentação do Professor Afonso Reis no Curso de “Ambientação para ATPS”, realizado na ENAP, Brasília, agosto de 2013

Saúde no Brasil – Redução de 40% da mortalidade infantil de 2001 a 2011



Fonte: Apresentação do Professor Afonso Reis no Curso de “Ambientação para ATPS”, realizado na ENAP, Brasília, agosto de 2013

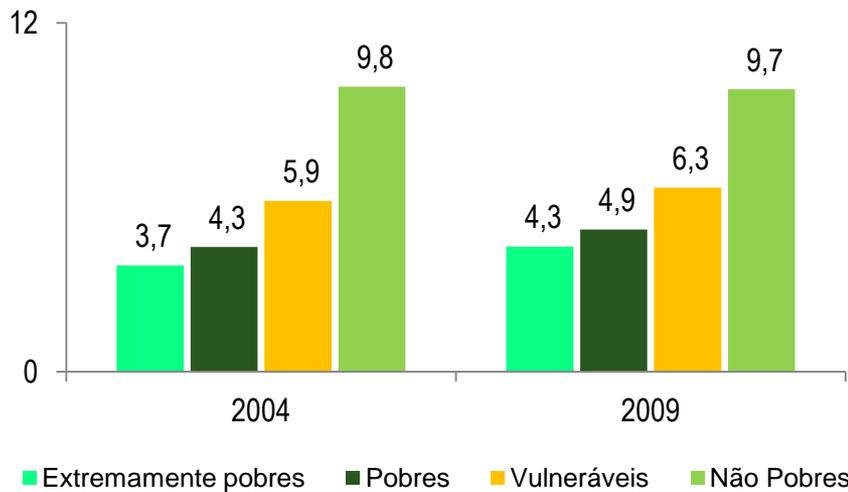
Gráfico 2. Trajetória e Projeção do Coeficiente de Gini no Brasil: 1995 a 2015



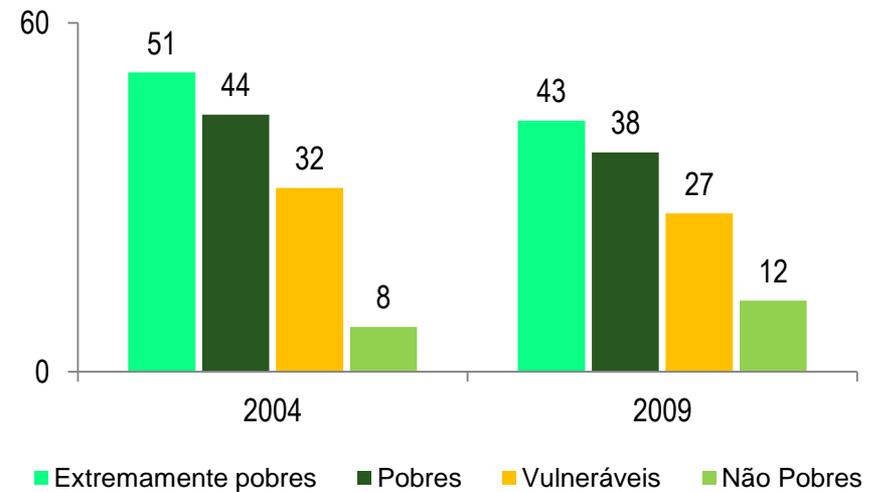
Fonte: BRASIL (MP/SPI), Mensagem Presidencial, PPA 2012-2015, p. 44 (Fonte dos dados Ipea; Elaboração: SPI/MP)

Educação (15-60 anos)

Anos de estudo (15-60 anos)



Analfabetismo funcional (16-60 anos; %)



Fonte: Apresentação do Professor Jorge Abraão de Castro no Curso de “Ambientação para ATPS”, realizado na ENAP, Brasília, agosto de 2013

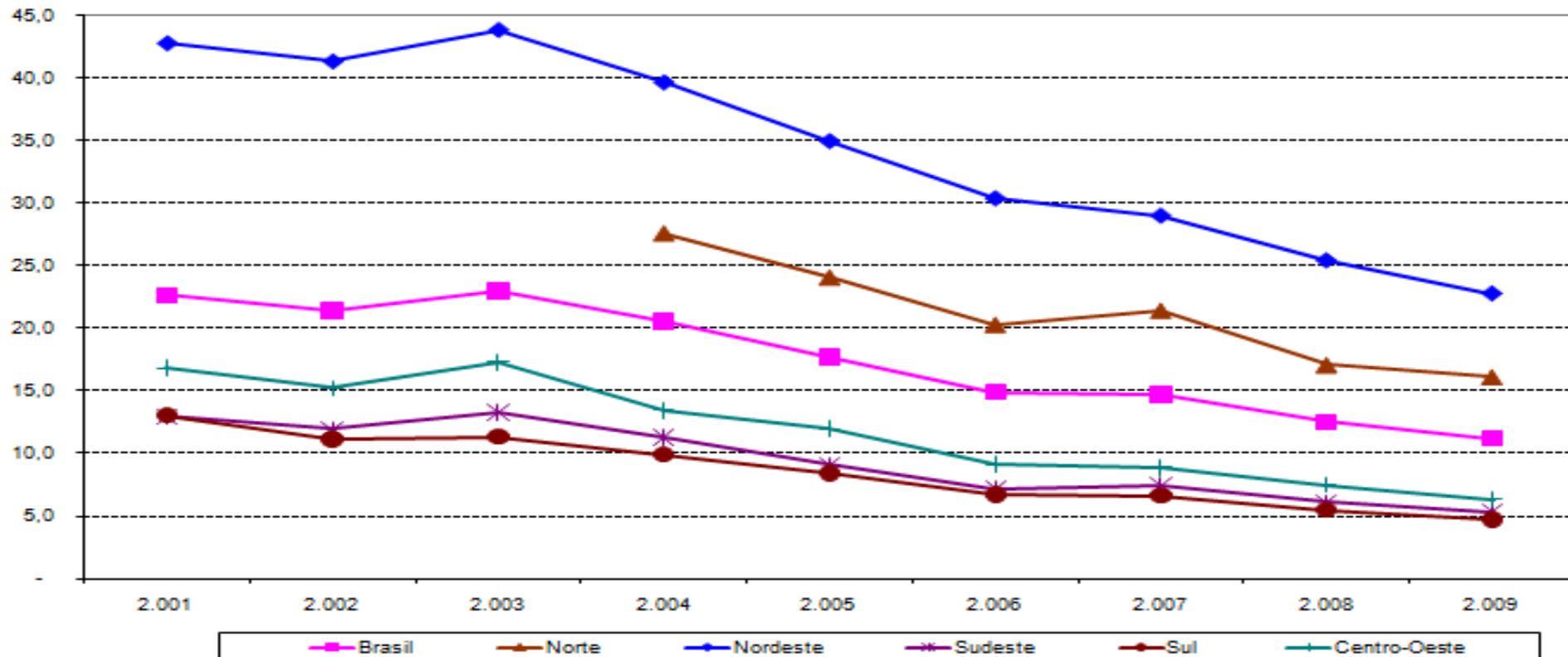
Mercado de trabalho (%)

Fonte	Extremamente Pobres		Pobres		Vulneráveis		Não Pobres	
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004	2009
Empregadores	0,1	0,3	0,4	0,5	1,4	1,2	8,1	6,0
Produtores agrícolas	28,9	34,0	21,8	22,6	14,7	11,4	3,6	5,1
Empreendedores	10,9	5,8	9,9	10,8	13,7	14,2	15,5	15,0
Empregados formais	1,6	0,2	9,8	6,6	22,4	22,4	38,1	41,1
Empregados informais	19,3	16,0	24,4	27,0	20,2	23,2	10,6	11,5
Desocupados	12,4	14,4	8,9	8,6	6,2	6,6	4,5	4,0
Inativos	26,8	29,2	25,0	23,8	21,3	21,1	19,5	17,2
PIA	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
PIA como % da Pop.	41,6	45,3	48,3	48,5	57,1	58,3	65,7	63,8

Fonte: Apresentação do Professor Jorge Abraão de Castro no Curso de “Ambientação para ATPS”, realizado na ENAP, Brasília, agosto de 2013

REDUÇÃO da POBREZA EXTREMA (*) : Nordeste queda mais rápida (2001-2009)

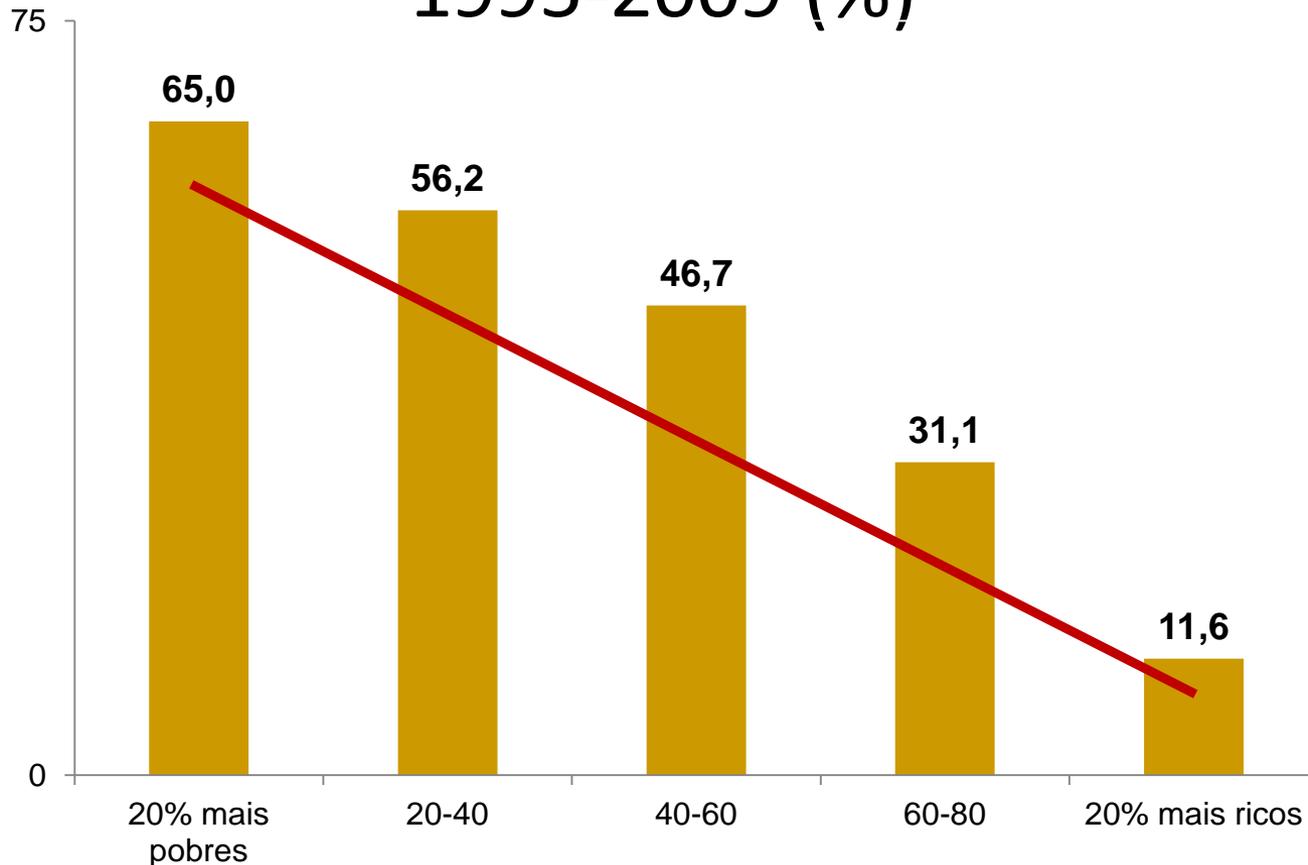
Pobreza de 1/4 de Salário Mínimo



(*) Parcela da população vivendo com menos de $\frac{1}{4}$ do SM per capita. Em SM, a preços de 2007. Fonte: IBGE. PNAD. Estimativa IPEA.

Fonte: Apresentação da Professora Tania Bacelar de Araújo no Seminário "Territorialidade e Políticas Públicas no Brasil", realizado na ENAP, Brasília, 24 de outubro de 2012

Crescimento da renda por extrato da população, 1995-2009 (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1995 e 2009.
Exclusive área rural da Região Norte (exceto Tocantins).

Renda aumentou para todos, mas crescimento entre os mais pobres foi muito maior

Fonte: Apresentação do Professor Jorge Abraão de Castro no Curso de “Ambientação para ATPS”, realizado na ENAP, Brasília, agosto de 2013